

CRÉDITO TRIBUTÁRIO

- = Crédito do fisco e dívida do contribuinte. (tributos e multas)
- Decorre da **obrigação principal** e tem a mesma **natureza** desta
 - ↳ Modificações no crédito tributário **não** afetam a obrigação tributária
- É **constituído** pelo lançamento.

LANÇAMENTO

- = " Procedimento administrativo" tendente a **V.D.C.I.P.**
 - ↳ Literalidade do CTN
- Verificar a ocorrência do fato gerador
- Determinar a matéria tributável
- Calcular o montante devido
- Identificar o sujeito passivo
- Propor a aplicação da penalidade cabível (se for o caso)
- Confere **liquidez** e **certeza** ao crédito tributário + torna-o **exigível**

COMPETÊNCIA

- Compete **privativamente** à autoridade administrativa mas é exclusiva (indelegável)
 - ↳ conforme o CTN

ALTERAÇÃO DO LANÇAMENTO DECORE!

- Até a **notificação** do contribuinte, a **revisibilidade** do lançamento é **absoluta**.
- A alteração do lançamento **regularmente notificado** só é possível através de:
 - Impugnação do sujeito passivo
 - Recurso de ofício
 - Iniciativa de ofício da autoridade administrativa

crédito tributário E LANÇAMENTO

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO LANÇAMENTO

- **ASPECTOS MATERIAIS** (estrutura da obrigação tributária)
 - Regem-se pela lei vigente quando da ocorrência do **fato gerador** (ainda que posteriormente revogada ou modificada)
 - ↳ inclusive a **taxa de câmbio** (salvo disposição de lei em contrário)
 - ↳ = ultratividade da lei tributária
- **ASPECTOS FORMAIS** (procedimentos do lançamento)*
 - Regem-se pela lei vigente à data do **lançamento** (ainda que adotadas/alteradas após o F.G.)
 - ↳ **exceto** para efeitos de **atribuir responsabilidade** tributária a **terceiros**

*


- Instituem **novos critérios** de apuração ou processos de fiscalização
- **Ampliam os poderes** de investigação das autoridades
- Outorgam ao crédito maiores **garantias** ou **privilégios**

LANÇAMENTO DE OFÍCIO

- Não há participação do sujeito passivo. (tudo é realizado pela autoridade administrativa)
- Aplica-se aos casos determinados em lei
- Exemplos:
 - IPTU
 - IPVA
 - Taxas
 - COSIP
 - Contribuições corporativas
 - Contribuições de melhoria

LANÇAMENTO POR DECLARAÇÃO

- Há participação do sujeito passivo e da autoridade administrativa
- = Lançamento misto
- Sujeito passivo deve prestar declaração sobre matéria de fato (= obrigação acessória)
- + a autoridade administrativa faz o lançamento
- Retificação da declaração pelo sujeito passivo se reduzir ou excluir tributo só é admitida:
 - Mediante comprovação do erro em que se funde
 - Antes de notificado o lançamento
- A autoridade administrativa pode corrigir de ofício os erros da declaração

O arbitramento não é uma modalidade de lançamento, mas uma técnica para definição de base de cálculo 

CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO


= MODALIDADE DO LANÇAMENTO =

LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO

- = "Autolancamento" (há intensa participação do sujeito passivo)
- O contribuinte deve antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa
- O pagamento extingue o crédito sob condição resolutória da ulterior homologação

PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO

- = 5 anos da ocorrência do F.G.
 - se passar → homologação tácita
 - salvo se comprovada ocorrência de dolo, fraude ou simulação

SÚMULA STJ 436: "a entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo o débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco"  **ATENÇÃO!**